



ATA DA REUNIÃO CONJUNTA - COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO SEGUNDO GRAU.

I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 23 de Setembro de 2019, às 15h, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II – MODO DE CONVOCAÇÃO: Para os excelentíssimos Desembargadores ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA e MANOEL BRITO, foram enviados convites a seus respectivos gabinetes. Os excelentíssimos Juizes LÍVIA SIMONE DE OLIVEIRA CARDOSO, ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO, MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL, ELAYNE DA SILVA RAMOS CANTUÁRIA e DIEGO MOURA DE ARAÚJO foram convidados via e-mail, bem como os demais serventuários que fazem parte dos Comitês, tudo realizado pelo Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, mediante convite assinado pelo Presidente do Institucional, Desembargador JOÃO GUILHERME LAGES MENDES.

III - PAUTA: 1) Apreciação da Proposta Orçamentária 2020; 2) O que ocorrer.

IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: O Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA – Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau; Juízas LÍVIA SIMONE OLIVEIRA DE FREITAS CARDOSO, MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL e o Juiz DIEGO MOURA DE ARAÚJO, justificaram suas ausências. Presentes os Juizes ESCLEPIADES DE OLIVEIRA



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Presidência  
Assessoria de Planejamento e Orçamento

NETO e ELAYNE DA SILVA RAMOS CANTUÁRIA, representante da AMAAP. Justificada a ausência da servidora ANNE CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES. Registradas as presenças dos Serventuários MARCELO VICTOR MIRANDA, NEY ARNALDO PARENTE – Representante do SINJAP e EFRAIM FERREIRA GUEDES. Registradas ainda as presenças do Diretor Geral, ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA; do Chefe de Gabinete da Presidência, VERIDIANO COLARES; do Diretor do DEINF, GLÁUCIO MACIEL BEZERRA e do Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA.

**V – DELIBERAÇÕES:** 1) **Apreciação da Proposta Orçamentária 2020** – Após a abertura da reunião, com os agradecimentos pela presença dos integrantes dos Comitês, o Presidente dos Comitês, Desembargador JOÃO LAGES, destacou a alocação dos recursos previstos para Orçamento do TJAP, para 2020. O Desembargador JOÃO LAGES esclareceu a importância de respeitar o grau hierárquico, a fim de condensar a impressão de cada Desembargador. Na oportunidade, ressaltou a necessidade de uma discussão prévia antecipada com seus pares sobre o Orçamento/2020, para conhecimentos e eventuais acolhimentos de sugestões. Somente a partir daí, realizar a Reunião Conjunta para avaliação da Proposta Orçamentária. Na sequência, o Diretor do DEINF, GLAUCIO BEZERRA, passou a explicar a distribuição da Receita Orçamentária para o próximo ano, estimada em R\$ 370.916.857,00 (Trezentos e Setenta Milhões, Novecentos e Dezesseis Mil, Oitocentos e Cinquenta e Sete Reais), de acordo com a seguinte composição: **TJAP** – R\$ 361.840.864,00, dos quais R\$ 356.031.148,00, provenientes de **Transferências de Recursos do Estado**; **EJAP** – R\$ 970.000,00; **Rendimento de Aplicação Financeira** – R\$ 839.716,00 e **Convênios** – R\$ 4.000.000,00. Os demais valores são decorrentes de recursos adicionais estimados que compõem o orçamento, a saber: **FMRJ** – R\$ R\$ 7.518.323,00, **FAJU** – R\$ 1.367.840,00; **FERC** – R\$ 189.830,00. Nesse universo, a dinâmica do orçamento



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Presidência  
Assessoria de Planejamento e Orçamento

ocorre desta forma: **Folha de Pagamento** – R\$ 304.048.010,00, corresponde a 82,0%; **Parcelamentos** – R\$ 10.352.619,00, corresponde a 2,8%; **Custeio** – R\$ 43.982.942,00, corresponde a 11,9%; **Investimentos** – R\$ 9.833.286,00, corresponde a 2,7%, e **Obras** – R\$ 2.700.000,00, corresponde a 0,7%. Feita apresentação do Orçamento 2020, passou-se para as perguntas. O Juiz ESCLEPIADES NETO questionou sobre alguma mudança de natureza jurídica na verba do FAJJ. GLÁUCIO BEZERRA informou que existe um projeto de alteração que está com vistas, porém o julgamento ainda não foi concluído em função disso, e que as regras antigas continuam em vigor, apesar da perspectiva de mudança; em relação aos projetos do FAJJ que deverão passar pela CEJ para análise e parecer. O Desembargador JOÃO LAGES esclareceu que o Desembargador GILBERTO PINHEIRO pediu vistas e reforçou que questões vinculadas ao FAJJ ainda está sob o regime da normativa atual. O Desembargador reforçou a necessidade do aperfeiçoamento dos projetos argumentando ser indispensável a criação de um Fundo para a Primeira Infância e um Conselho também para a primeira infância. Diante de tais providências será possível pleitear junto a Receita Federal um percentual do Imposto de Renda que é recolhido pelas empresas a ser destinado para atender às necessidades do Judiciário na Seara Menorista. Isso porque alguns estados do Norte já estão recebendo essa verba. Mudando de assunto, o Juiz ESCLEPIADES perguntou sobre reajuste para magistrados. Na oportunidade, a representante da AMAAP, Juíza ELAYNE CANTUÁRIA, informou que o Supremo Tribunal Federal não contemplou no orçamento 2020, reajuste para magistrados. No referente a Concurso Público, o Diretor do DEINF informou existir alocação de recursos para financiar concurso público de magistrado. A juíza ELAYNE CANTUÁRIA, na ocasião fez lembrar que em reunião anterior foi colocado a necessidade de constar no Orçamento 2020 a realização de concurso para Magistrados e Servidores, a fim de suprir as vagas decorrentes de aposentadorias de magistrados e servidores, e mesmo as aposentadorias já engatilhadas em virtude da



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Presidência  
Assessoria de Planejamento e Orçamento

Reforma da Previdência. A Juíza esclareceu ainda, que a alocação de recursos para concurso pública é apenas uma perspectiva de realização, considerando às demandas sempre crescentes no TJAP, além do déficit crescente de juízes substitutos. Essa previsão é justamente para que no futuro o Judiciário do Amapá não seja surpreendido por essa falta de Magistrados e a Justiça tenha que parar. O Diretor do DEINF, GLÁUCIO MACIEL, reforçou, do ponto de vista técnico, ser adequado ter verba para concurso público para Magistrado no orçamento, ainda que não seja efetivado no próximo ano. Contudo, se houver necessidade tem como atender. E não havendo, remaneja-se para outro projeto. Quanto a Concurso para Servidores, não está cogitada a possibilidade de realização de concurso para 2020, mas para 2023, conforme consta no PPA, afirmou o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA. A respeito dos serventuários, o Desembargador JOÃO LAGES, fez lembrar que, bem recente, o TJAP chamou aproximadamente 108 aprovados no último concurso público da Instituição, especialmente para atender a carência em várias Unidades. Considerando que o próximo ano é ano de eleição, não existe previsão do governo para a realização de concurso público. Nesse cenário, o Desembargador JOÃO LAGES vislumbra a possibilidade de 2021, visto que o CNJ cogita a possibilidade da transformar CEJUSCs em Unidades. Essa é uma discussão a ficar para estudos posteriores em razão da complexidade dos números para a instalação de uma unidade, por exemplo. Dada a palavra ao Representante do Sindicato dos Servidores – SINJAP, NEY PARENTE, este argumentou sobre as demandas dos Serventuários, especialmente sobre a incorporação da GAJ – Gratificação de Atividade Judiciária, questionando qual o montante do valor destinado às demandas sindicais se já estão contempladas na Folha de Pagamento do orçamento em discussão. O Desembargador explicou que os valores pleiteados pela Classe dos Serventuários estão alocados no orçamento no tópico demandas administrativas, que na verdade são as demandas sindicais no montante de 5,479 milhões. Ainda sobre a GAJ, o servidor MARCELO VICTOR MIRANDA reforçou



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Presidência  
Assessoria de Planejamento e Orçamento

o retorno da FC4, visto que essa função não foi extinta e pode, com seu retorno, vir a valorizar servidores que ficam além de seu tempo normal de trabalho desenvolvendo atividades em suas Unidades, sem que haja compensação pelo pagamento da Hora-Extra. O Desembargador JOÃO LAGES, que no momento das discussões de mudança para a criação de 3º Assessor, acompanhou todo o processo, não descarta a possibilidade de retorno dessa Função de Confiança, e aposta que para 2021, esse tema possa voltar à análise e possível reabilitação, tendo em vista a valorização do esforço desses Servidores. O Diretor do DEINF, GLÁUCIO MACIEL, pediu espaço para falar de duas informações importantes: 1 – Diferença dos concursos de Magistrados e de Servidores. Isto porque, do ponto de vista técnico, é importante a previsão orçamentária para Concurso de Magistrados. No caso de Concurso para Servidores, independentemente de previsão, o concurso pode ser realizado no próximo ano. 2 – A título de sugestão para os Comitês, é importante de que haja uma atuação mais próxima aos Departamentos, a começar no início do ano, a fim dos Comitês se apropriarem das informações que irão subsidiar os trabalhos seguintes. A respeito da forma de convite dos membros dos Comitês, a Juíza ELAYNE CANTUÁRIA, sugeriu que, para as próximas reuniões, em virtude de muitos não acessarem seus respectivos e-mails imediatamente, seja feito, também, via Whatsapp. Concluída essa parte, o Juiz ESCLEPIADES NETO argumentou sobre os recursos alocados para Justiça Itinerante. O Diretor do DEINF informou que foi criada uma rubrica específica para atender o Projeto de Itinerância, algo em torno de 314 mil reais para atender o Projeto itinerante em todo o Estado. Falou-se da construção destinada à instalação do Posto Avançado do Bailique e os dispêndios com a manutenção estrutural e pessoal, além de toda a logística para o deslocamento da comitiva que realiza os serviços de atendimentos nas viagens do Juizado Itinerante ao Arquipélago do Bailique. Sobre os gastos para as viagens, o Juiz ESCLEPIADES argumentou que, segundo estudos que realizou, ainda assim parece ser mais viável e menos dispendioso financeiramente a realização das



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Presidência  
Assessoria de Planejamento e Orçamento

viagens e tudo o que a envolve. Ante às despesas que poderão exorbitar o orçamento para o prosseguimento desse programa na região do Bailique, o Desembargador JOÃO LAGES cogitou a possibilidade de doar o prédio tal construção na Vila Progresso em troca de outro em Macapá. Outra possibilidade indicada pela Juíza ELAYNE CANTUÁRIA, é a utilização do prédio para a realização das demandas do Judiciário por vídeo conferência. A utilização de tecnologia vai dar autonomia de atendimento do Magistrado o tempo que for necessário, além de garantir economia financeira com despesas diversas e logística com pessoal. Em seu argumento final, a Juíza ELAYNE CANTUÁRIA informou que, na audiência pública que vai realizar em Brasília, no dia 01 de outubro, o ministro do STF, LUIZ FUX, vai falar sobre o horário de trabalho no Judiciário. Sobre essa questão, a Juíza lembrou que já foi levado à discussão do Plenário do TJAP o tema do horário de trabalho e prevaleceu o horário vigente. Naquela ocasião, a maioria decidiu pela permanência do atual horário. Para reforçar, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, informou que para fundamentar o argumento, foi realizado um estudo criterioso dando razão para manutenção do horário, que mais tarde serviu de subsídio para decisão de outros Tribunais. A Magistrada reforçou que a decisão do horário de trabalho é de autonomia da Justiça de cada Estado. O Desembargador JOÃO LAGES tranqüilizou ao informar que, sobre essa matéria, vai sentar com as representações das classes para tratar do tema e ter base para contra-argumentar na audiência pública com o ministro LUIZ FUX. Além dessas considerações, o Desembargador JOÃO LAGES reforçou o pleito acordado anteriormente com o SINJAP, já prevendo implementá-lo no orçamento de 2020, e também com o retorno das FC-4. Em relação à Tabela de Lotação Paradigma, mencionada pela Juíza ELAYNE CANTUÁRIA, o Presidente do TJAP disse que a Tabela deve seguir paralelamente ao processo de gestão. Outro ponto destacado pelo Diretor do DEINF, GLÁUCIO MACIEL, é quanto à postura do Comitê, de ser propositivo junto aos Departamentos para que as demandas desses



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Presidência  
Assessoria de Planejamento e Orçamento

Departamentos já saiam dentro das necessidades do Comitê. Finalizando a reunião, o Desembargador JOÃO LAGES ressaltou que, muito embora os recursos já estejam destinados para atender as demandas do próximo ano, o orçamento é muito dinâmico e que, havendo o surgimento de outras necessidades, é possível o remanejamento de recursos para atender tais urgências. Contudo, é importante que o dever de casa seja feito, tudo dentro foi proposto para a execução do orçamento em 2020, concluiu o Desembargador JOÃO LAGES.

VI – ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.  
Macapá-AP, 23 de setembro de 2019.

Desembargador João Guilherme Lages Mendes  
Presidente do TJAP e do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
e Orçamentário do Primeiro Grau e do Comitê Orçamentário do 2º Grau

Esclerpiades de Oliveira Neto  
Juiz de Direito

Elayne da Silva Ramos Cantuária  
Juíza de Direito – Representante da AMAAP



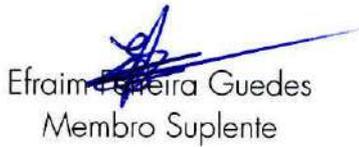
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Presidência  
Assessoria de Planejamento e Orçamento



Marcelo Victor Miranda  
Membro Titular



Ney Arnaldo Parente  
Membro SINJAP/Suplente



Efraim Pereira Guedes  
Membro Suplente



Alessandro Rilsonery Dias de Souza  
Diretor Geral/TJAP



Gláucia Maciel Bezerra  
Diretor do DEINF



Rosywan Caruária da Silva Ferreira  
Assessor de Planejamento e Organização